



AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil

#COVID19

NOTÍCIAS

**MAGISTRADOS, SERVIDORES,
COLABORADORES E ESTAGIÁRIOS DA
JUSTIÇA FEDERAL PERMANECEM
ATIVOS E TRABALHANDO NO
COMBATE À *CORONACRISE***

***Mesmo distantes, juntos.
A Justiça Federal não para!***



24/04

TRF3 cria página para divulgação de notícias sobre COVID-19

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) criou uma página para divulgação de notícias, decisões e atos normativos relacionados à pandemia do novo coronavírus. Na nova área do portal do Tribunal, são encontradas portarias, resoluções e reportagens sobre medidas adotadas pelo TRF3 e pela Justiça Federal de 1º grau em São Paulo e Mato Grosso do Sul em razão da Covid-19.

[Continue lendo...](#)

24/04

TRF4 confirma determinação do STJ e substitui prisão preventiva de investigado por medidas cautelares

O desembargador Leandro Paulsen, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), revogou ontem (22/4) ordem de prisão preventiva decretada pela 1ª Vara Federal de Guairá (PR) a um homem flagrado transportando cigarros contrabandeados, e determinou ao juízo de primeira instância a imposição de outras medidas cautelares alternativas à prisão. A decisão proferida por Paulsen segue a determinação imposta pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no habeas corpus nº 568.693/ES, que instituiu a soltura, independentemente do pagamento da fiança, em favor de todos aqueles a quem foi concedida liberdade provisória condicionada ao pagamento de fiança e ainda se encontram presos em razão do não pagamento do valor.

O homem estava desde março cumprindo pena provisória após ser preso em flagrante com mil caixas de cigarros de procedência paraguaia. Ele alegava impossibilidade econômica de pagar a fiança de R\$ 120 mil fixada pela 1ª Vara Federal de Guairá e posteriormente mantida pelo TRF4. Após ser dispensado do pagamento do valor devido ao julgamento do HC pelo STJ, que visa a evitar a superlotação e a insalubridade dos presídios brasileiros no contexto da pandemia de Covid-19, o desembargador Leandro Paulsen reconsiderou a obrigatoriedade da fiança, atendendo ao entendimento da corte superior.

[Continue lendo...](#)

24/04

TRF4 disponibiliza mais de R\$ 357 milhões em RPVs com procedimentos especiais

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) informa que o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) atuadas no mês de março de 2020 e devidas pela União Federal, suas autarquias e fundações estará disponível para saque pelos beneficiários a partir do dia 4 de maio.

Devido às limitações ao atendimento presencial nas agências bancárias da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, em razão das medidas de contenção da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a liberação dos valores será realizada

preferencialmente mediante transferência bancária para crédito na conta a ser indicada pela parte, quanto aos valores a ela devidos, do advogado, quanto aos honorários advocatícios, ou diretamente na conta do advogado, quando este tiver poderes para receber valores em nome da parte. Esses procedimentos são exclusivos para os casos de RPVs expedidas por varas federais e juizados especiais federais. Ressalta-se, que os pedidos de transferência bancária devem ser formalizados nos autos do processo judicial que deu origem à RPV, e não na própria RPV.

[Continue lendo...](#)

23/04

Webinar debate impacto do distanciamento social nas mulheres

A Comissão Ajufe Mulheres promoveu nessa quarta-feira (22/04) o 1º Webinar Perspectivas de Gênero e Pandemia - "Desigualdades e distanciamento social: gênero, trabalho precarizado e acesso à saúde", no Youtube da Ajufe. O debate contou com a participação da presidente da Anamatra, juíza Noemia Porto, a jornalista Flávia Oliveira, e a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Luiza Batista. A mediação ficou a cargo da coordenadora da Comissão, juíza federal Tani Wurster. Durante o Webinar, as convidadas falaram sobre gênero, mercado e trabalho precarizado.

"As mulheres experienciam o mundo a partir de diferentes lugares e perspectivas. O fato de sermos as principais responsáveis pelo cuidado das crianças e idosos e as expectativas em relação à mulher na sociedade faz com que essas circunstâncias atravessem a vida das mulheres de modo diferenciado", destacou a coordenadora Tani Wurster.

[Continue lendo...](#)

23/04

SJPE apresenta aumento de produtividade durante teletrabalho

Desde o dia 23 de março, a Seção Judiciária de Pernambuco aderiu ao teletrabalho como forma de dar continuidade aos serviços judiciários e administrativos, de modo a não prejudicar os jurisdicionados, diante da necessidade de isolamento imposta pelo perigo de disseminação do Novo Coronavírus.

Apesar do desafio diário enfrentado por magistrados e servidores, com o auxílio da tecnologia e engajamento de todos, a JFPE vem apresentando números crescentes em sua produtividade, como mostra o relatório com números que compreendem o período de 9 a 20 de abril.

[Continue lendo...](#)

23/04

Na próxima segunda-feira (27), magistrados discutem "O Poder Judiciário e a Pandemia" no IREE Webinar - Especial Coronavírus

Na próxima segunda-feira (27), a partir das 9h, o presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participará da nova edição do IREE Webinar,

Especial Coronavírus, para debater sobre o tema “O Poder Judiciário e a Pandemia”.

O debate será mediado pelo presidente do IREE, Walfrido Warde, e conta também com a participação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e os desembargadores federais Ney Bello, Simone Schreiber e Nino Toldo.

[Continue lendo...](#)

23/04

Justiça Federal continua com atendimento regular via e-mail em todo o país

A Justiça Federal está trabalhando em sistema de teletrabalho desde a publicação de portaria do Conselho Nacional de Justiça, em março, a fim de evitar a propagação do novo coronavírus.

Desde então, os magistrados e as magistradas federais de todo o País, servidores da Justiça Federal, colaboradores e estagiários estão trabalhando a partir de suas residências, com objetivo de garantir o acesso à justiça neste período emergencial.

[Continue lendo...](#)

23/04

Tribunais elevam produção com teletrabalho e julgamentos virtuais

O Judiciário se adaptou rapidamente ao mundo virtual em razão da pandemia de covid-19. Um total de 3,8 milhões de decisões já foram proferidas por juízes em home office - 2,3 milhões de sentenças e acórdãos desde 16 de março, além de milhares de liminares, muitas relacionadas ao coronavírus.

O placar, atualizado diariamente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostra que o Judiciário não parou em nenhum momento. Pelo contrário, tribunais registraram aumento de produção.

[Continue lendo...](#)

22/04

Mais de R\$ 5 mi apreendidos por desvios na Saúde do MA serão usados para quitar débitos trabalhistas

Mais de R\$ 5,5 milhões apreendidos de instituto alvo da operação Sermão aos Peixes, que investiga desvios na Saúde no Estado do Maranhão, deverão ser utilizados para quitação de débitos trabalhistas não satisfeitos pela entidade. Decisão é do juiz Federal Substituto Luiz Régis Bomfim Filho.

A demanda trata do pedido de diversos juízos trabalhistas, em sede de diferentes reclamações, solicitando que créditos apreendidos do instituto na operação sejam utilizados para quitar os débitos trabalhistas eventualmente já reconhecidos na JT.

[Continue lendo...](#)

22/04

Podcast: “A vida do juiz em quarentena”

A juíza federal Adriana Cruz, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, é a convidada

para debater sobre “A vida do juiz em quarentena” no Podcast do Justice Focus.

A conversa da magistrada sobre a realidade de trabalhar em casa como juiz durante a quarentena do COVID-19, foi com o fundador do projeto Justice Focus, Omar Khan, jurista da área criminal.

[Continue lendo...](#)

22/04

Justiça Federal do RS produz mais de 28 mil sentenças em um mês de trabalho remoto

Com as restrições decorrentes da pandemia COVID-19, a Justiça Federal do RS está entre as instituições que puderam optar pelo trabalho remoto, para todos os servidores e magistrados. Em um mês de atuação em sistema de Teletrabalho (home-office), foram produzidas mais de 28 mil sentenças, evidenciando que os processos continuam tendo andamento.

O trabalho remoto é possível graças ao fato de que todos os processos já são eletrônicos. Tanto o sistema eProc (processos eletrônicos) quanto o SEI (processos administrativos) funcionam pela internet, permitindo que seja dado andamento em computadores localizados em qualquer lugar, inclusive por meio de aplicativo para celular.

[Continue lendo...](#)

20/04

JFRS determina medidas de atendimento às comunidades indígenas durante pandemia

A 9ª Vara Federal de Porto Alegre (RS) determinou adoção de providências relacionadas ao abastecimento alimentar, ao fornecimento de insumos e equipamentos de proteção e prevenção e à inserção no Cadastro Único do Governo Federal para todas as comunidades indígenas no estado, incluindo as não-aldeadas. A liminar, publicada na sexta-feira (17/4), é da juíza federal substituta Clarides Rahmeier.

A Defensoria Pública da União (DPU) ingressou com ação contra a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) narrando a situação de desabastecimento alimentar, falta de produtos de higiene, insumos médicos e assistência à população de índios, drasticamente afetados pelas medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19. O autor apontou que as regras de isolamento colocaram em risco a sobrevivência das comunidades indígenas, já que estão impossibilitadas de praticar sua atividade principal, o comércio (venda de artesanato), além de alguns grupos habitarem espaços reduzidos de terra em que não há condições de desenvolvimento da agricultura.

[Continue lendo...](#)

20/04

JFCE mantém produtividade crescente e ultrapassa 34 mil atos judiciais desde a implantação do home office

Após quatro semanas da implantação do trabalho remoto, a produtividade de varas e turmas recursais da Justiça Federal no Ceará (JFCE) segue crescendo. De 11 a 17 de abril, foram contabilizados 16.369 atos judiciais. O levantamento considera 12.204 despachos, 1.263 decisões, 2.060 sentenças e 842 acórdãos produzidos no período.

Desde o início do teletrabalho, em 18 de março, a JFCE já registra 34.566 atos judiciais. Para o Diretor do Foro, juiz federal Alcides Saldanha Lima, “o resultado reflete o compromisso de magistrados e servidores em garantir a prestação jurisdicional de excelência mesmo diante das situações adversas que temos enfrentado”.

[Continue lendo...](#)

20/04

Justiça Federal decide em manter a fiscalização policial para proteção de terra indígena em Rondônia

O juiz federal Dimis Braga, da 5ª Vara Especializada em Matéria Ambiental e Agrária de Rondônia, determinou o retorno da Polícia Militar do Estado de Rondônia às atividades de fiscalização na Terra Indígena Karipuna para a proteção contra o desmatamento e extração de minérios e madeiras do território.

A PM de Rondônia justificou que a interrupção temporária dos trabalhos de fiscalização da TI Karipuna se deve por questões de segurança à saúde de seus servidores envolvidos, devido à pandemia de COVID-19.

[Continue lendo...](#)

20/04

Não é momento de decisões tributárias isoladas, afirma desembargador

O desembargador federal Roger Raupp Rios, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), negou hoje (16/4) pedido liminar da empresa Di Solle Cutelaria, de Caxias do Sul (RS), para prorrogar os prazos de pagamento de parcelamentos tributários e tributos federais em função das dificuldades econômicas provocadas pelas medidas de combate à pandemia do coronavírus (Covid-19). Segundo o desembargador, embora haja um contexto de “desastre” no país, a exclusão de responsabilidade de uma empresa poderia ter um efeito multiplicador, comprometendo a governança como um todo.

Em sua fundamentação, Raupp Rios apontou a teoria do “Direito dos Desastres”, e afirmou que não cabe ao Poder Judiciário atuar instituindo nova e pontual regulação jurídica tributária a uma pessoa jurídica num contexto de desastre biológico como o vivido pelo Brasil e pelo mundo, frisando que uma decisão isolada poderia prejudicar o coletivo. “Em uma situação de desastre, não só juridicamente, como técnica e administrativamente, os deveres de resposta não podem ser desconectados e descontextualizados, sob pena inclusive

do risco de provocarem novas situações de crises, expondo a população afetada a novos riscos e aumentando ainda mais sua vulnerabilidade”, escreveu o desembargador em seu voto, citando trecho de um estudo do Departamento de Minimização de Desastres do Ministério da Integração Nacional do Brasil.

[Continue lendo...](#)

20/04

TRF4 disponibiliza tutoriais sobre sessões virtuais

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) disponibilizou hoje (16/4) no Portal da Justiça Federal da 4ª Região dois tutoriais com orientações sobre a participação nas sessões virtuais de julgamentos judiciais e administrativos. Os julgamentos virtuais já eram adotados por algumas turmas, mas em função das medidas de prevenção e combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19) serão a forma de julgamento padrão enquanto vigorarem as medidas restritivas.

Os procedimentos e prazos destacados nos tutoriais estão em conformidade com as Resoluções 22, 23 e 24/2020 do TRF4, publicadas recentemente para viabilizar a realização de sustentações orais em ambiente virtual por advogados e representantes do Ministério Público Federal.

[Continue lendo...](#)

20/04

NOTA PÚBLICA

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e as demais associações abaixo-assinadas, representativas da Magistratura Federal Brasileira, destacam especial atenção para a gravidade do momento pelo qual passa o Brasil em razão da pandemia Covid-19.

Assim, pedem que as autoridades públicas se unam em torno do bem maior que é a preservação da paz em nossa sociedade, evitando polêmicas desnecessárias que possam gerar sérias crises institucionais.

[Continue lendo...](#)



AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil

Mesmo distantes, juntos.

A Justiça Federal não para!

